
RELATÓRIO & CONTAS

2 0 1 7

ÍNDICE

02 Preâmbulo

05 Relatório de Gestão

14 Demonstrações Financeiras



FUNDAÇÃO
SALVADOR CAETANO



PREÂMBULO

I

A Fundação Salvador Caetano foi constituída por escritura pública de 10 de Julho de 1981, lavrada no 1º Cartório Notarial do Porto e outorgada pelo Sr. Salvador Fernandes Caetano, em nome e representação das sociedades fundadoras:

- Salvador Caetano – I.M.V.T., SA (atualmente denominada de TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., conforme escritura de 28 de Dezembro de 2006)

e

- Transmotor – S.C.I.V.T.M., S.A.

- Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Minho), S.A.

- Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Coimbra), S.A.

- Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Setúbal), S.A.

- Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Algarve), S.A.

(empresas fusionadas e que deram origem à atual CAETANO AUTO, S.A.)

II

Possui, desde então, a Sede na Avenida Vasco da Gama, 1410, freguesia de Oliveira do Douro, concelho de Vila Nova de Gaia e o fundo inicial de constituição foi de Esc. 25.000.000\$00 (124.699,47 €).

III

Foi registada com o nº 501 208 585 de identificação de pessoa coletiva e sob a atividade 939900. A publicação no Diário da República ocorreu na III Série, nº 179 do dia 6 de Agosto de 1981.

IV

A Fundação Salvador Caetano mantém-se uma instituição portuguesa, particular, de carácter perpétuo, sem finalidade lucrativa, que visa em geral fins sociais, educativos, artísticos e culturais, sendo o novo código de atividade principal o 88990.



V

Desenvolve a sua ação em todo o território nacional e, em 31 de Dezembro de 2017, beneficiava aproximadamente 12.000 utentes.

VI

As atividades de carácter social mais relevantes são:

- Plano Complementar de Proteção Médica
- Atribuição de subsídios familiares
 - Nascimento
 - Casamento
 - Morte
- Atribuição de Prémios e Subsídios de Estudo
- Subsídio de Estudo para Filhos de Colaboradores Falecidos

VII

Realça-se ainda o facto de que todos os pressupostos e atividade desenvolvida pela Fundação Salvador Caetano então existentes e que originaram a declaração de utilidade pública por despacho de Sua Excelência o Primeiro-Ministro Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva de 13-02-1995, com publicação no Diário da República – II Série, de 3 de março de 1995, se mantêm integralmente.



RELATÓRIO DE GESTÃO

Em 2017 foi implementada uma nova aplicação de gestão da atividade da Fundação Salvador Caetano, que passou a ser feita através do sistema SAP.

Paralelamente, também foi desenvolvida uma aplicação interna à qual, potencialmente, todos os nossos beneficiários terão acesso. Esta nova ferramenta permite que os pedidos de atribuição dos benefícios seja, feitos pelos próprios interessados, inserindo a documentação necessária em formato digital. Com esta nova aplicação otimizam-se recursos, a fluidez processual é muito mais célere e liberta-se muito espaço físico antes reservado ao arquivo de milhares de processos.

Ações desenvolvidas pela Fundação Salvador Caetano no quadriénio 2014-2017

RUBRICA	2014	2015	2016	2017	VARIAÇÃO 2014- 2017	VARIAÇÃO % 2014 - 2017
Plano Complementar Proteção Médica	691 465	719 543	632 335	595 252	-96 213	-13,9%
Subsídios Familiares	20 193	22 921	21 261	20 902	709	3,5%
Subs. Estudo Filhos de Colaboradores Falecidos	2 600	3 300	2 600	2 100	-500	-19,2%
Prémios Escolares	4 650	3 878	5 500	10 125	5 475	117,7%
Subsidio de Estudo	6 157	1 995	10 098	4 858	-1 299	-21,1%
Inatel	4 300	4 260	2 820	3 960	-340	-7,9%
TOTAL	729 364	755 897	674 614	637 197	-92 167	-12,6%

Quadro 1: Ações desenvolvidas pela F.S.C.

(euros)

Na análise deste quadro será importante relevar que entre 2014 e 2017 as despesas com as ações de carácter social e cultural tiveram um decréscimo de -92.167 €, a que corresponde uma variação percentual de -12,6 %.

Comparativamente com 2014, o ano de 2017 revela que houve diminuição de valores atribuídos em todas as rubricas existentes, exceto “Subsídios Familiares” (ligeiro acréscimo de 709 €) e “Prémios Escolares” (acentuado aumento de 5.475 €, com uma variação percentual de 117,7%).

**PLANO COMPLEMENTAR DE PROTEÇÃO MÉDICA**

No âmbito do Plano Complementar de Proteção Médica, sem dúvida o benefício de maior impacto social, quer pelo número de processos, quer pelo número de pessoas beneficiadas ou pelo valor envolvido, foi esta a variação ao longo dos anos 2014-2017:

RUBRICA	2014	2015	2016	2017	VARIAÇÃO 2014– 2017	VARIAÇÃO % 2014 – 2017
Assistência Ambulatória	352 293	372 078	347 936	331 246	-21 047	-6,0%
Assistência Hospitalar	142 528	128 683	100 926	91 584	-50 944	-35,7%
Próteses e Ortóteses	2 916	4 820	3 196	3 418	502	17,2%
Estomatologia	193 728	213 962	180 277	169 004	-24 724	-12,8%
TOTAL	691 465	719 543	632 335	595 252	-96 213	-13,9%

Quadro 2: Plano Complementar de Proteção Médica

(euros)

Através deste quadro constata-se que a despesa com a proteção médica dos colaboradores e respetivos agregados familiares decresceu no quadriénio -96.213 €, com uma variação percentual de -13,9%.

Ainda relativamente ao Plano Complementar de Proteção Médica é de realçar que, com este benefício, a Fundação Salvador Caetano, embora humildemente, está a contribuir para um melhor desempenho da economia portuguesa. De facto, sem este Plano, muitos destes atos médicos passariam para a alçada do Serviço Nacional de Saúde, ou outros sistemas e subsistemas similares, cujos custos seriam diretamente suportados pelo Estado.

Queremos ainda salientar que, pelo facto de comparticiparmos os atos médicos, 70% dessas despesas deixam de ser dedutíveis em sede de IRS. Paralelamente, obrigam-se todos os beneficiários a exigir recibo dos atos médicos praticados. Estas duas situações concretas contribuem, inequivocamente, para um melhor desempenho das contas públicas portuguesas.

Também poderemos afirmar que o Plano Complementar de Proteção Médica contribui, de forma direta, para um melhor funcionamento da saúde em Portugal. Mesmo as listas de espera para cirurgia diminuem ao abrigo deste benefício. De facto, tanto Hospitais Públicos como



Unidades de Saúde libertam-se de milhares de atos médicos suportados pela Fundação Salvador Caetano, em cada ano.

Não menos importante é o facto de que este Plano Complementar de Proteção Médica também contribui para a diminuição do absentismo e consequente aumento de produtividade nacional. É que, enquanto o recurso às consultas e outros atos médicos e paramédicos através do SNS é feito durante as horas de expediente, através do sistema privado esses mesmos atos poderão efetuar-se fora das horas normais de trabalho.

SUBSÍDIOS FAMILIARES

No período em análise, os Subsídios Familiares tiveram a seguinte “evolução”

SUBSÍDIO	2014	2015	2016	2017	VARIAÇÃO 2014 – 2017	VARIAÇÃO % 2014 – 2017
Nascimento	11 424	12 019	11 781	10 948	-476	-4,2%
Casamento	8 295	9 717	9 480	9 717	1 422	17,1%
Morte	474	1 185	0	237	-237	-50,0%
TOTAL	20 193	22 921	21 261	20 902	709	3,5%

Quadro 5: Subsídios Familiares

(euros)

Neste benefício será de destacar o esforço que a Fundação vem mantendo com a continuidade de programas que o Estado também já teve mas que, contudo, deixou de ter. Referimo-nos aos Subsídios de Nascimento e Casamento que a Segurança Social aboliu há anos atrás e que esta instituição decidiu manter em prol dos seus beneficiários.

Relevamos ainda o facto de, com a manutenção do Subsídio de Nascimento, a Fundação Salvador Caetano incentivar a natalidade há mais de três décadas, colaborando com o esforço feito pelo Estado português visando o rejuvenescimento da sua população.



PRÉMIOS ESCOLARES

Com o objetivo de premiar o esforço dos que se preocupam com a sua formação individual, contribuindo assim duma forma efetiva para o desenvolvimento da comunidade e do país, a Fundação Salvador Caetano instituiu para os seus beneficiários prémios escolares que tiveram a seguinte evolução durante o período 2014-2017:

SUBSÍDIO	2014	2015	2016	2017	VAR.	VAR. %
					2014 – 2017	2014 – 2017
Prémios Escolares	4 650	3 878	5 500	10 125	5 475	117,7%
<i>Quadro 6: Prémios Escolares</i>						<i>(euros)</i>

Ao longo da existência deste programa, muitos foram aqueles que acorreram aos bancos da escola concluindo com êxito os níveis académicos aos quais submeteram os seus conhecimentos e competências adquiridos ao longo da sua carreira profissional.

Relativamente ao mérito deste benefício, apraz-nos ainda registar o número de licenciaturas, pós-graduações, mestrados e mesmo doutoramentos, obtidos desde 1984, data da sua implementação.

Será ainda justo relevar e divulgar o facto de alguns beneficiários que apresentavam como Habilitação o 1º Ciclo do Ensino Básico (4ª Classe) e que, motivados e incentivados financeiramente por este programa, registaram uma evolução académica que só terminou com a licenciatura e o mestrado.

Estamos convictos de que ao premiar os beneficiários que pretendem evoluir em termos académicos, a Fundação Salvador Caetano está a dar um grande contributo para o desenvolvimento da economia portuguesa.

Também é de realçar que esses colaboradores premiados, sempre que pretendem abandonar as empresas do Grupo Salvador Caetano o podem fazer sem qualquer tipo de obrigação ou inibição, levando consigo os conhecimentos e o saber adquiridos. Desta forma, quem beneficia desta mais-valia serão as empresas ou instituições recetoras duma mão-de-obra que se qualificou ao abrigo deste programa.



Convirá lembrar que em 2007 foi criado o Programa “Subsídio de Estudo” que abarca os Cursos de Ensino Superior, as Pós-Graduações, os Mestrados e os Doutoramentos. Por este facto, muita da formação superior que apoiamos não está refletida neste quadro.

SUBSÍDIO DE ESTUDO

SUBSÍDIO	2014	2015	2016	2017	VAR. 2014 – 2017	VAR. % 2014 – 2017
Subsídio de Estudo	6 157	1 995	10 098	4 858	-1 299	-21,1%
<i>Quadro 7: Subsídio de Estudo</i>						<i>(euros)</i>

Num mundo cada vez mais competitivo, as Empresas só terão viabilidade se o seu ativo humano (os colaboradores) estiver sujeito a constante formação. Só é possível acompanhar o ritmo dos novos conhecimentos, das novas tecnologias e das novas ferramentas com a atualização sistemática de todos os colaboradores. Por isso, a formação é, cada vez mais, um fator de sucesso das pessoas e das empresas.

SUBSÍDIO DE ESTUDO PARA FILHOS DE COLABORADORES FALECIDOS

Através da atribuição deste subsídio a Fundação tem por objetivo apoiar os jovens estudantes (e respetiva família) que, privados de pai ou mãe, queiram continuar a sua carreira académica.

Este benefício tem um duplo efeito: serve de estímulo para os jovens continuarem com a sua vida académica e, paralelamente, funciona como uma ferramenta de apoio financeiro às famílias que se veem privadas dum salário no seu orçamento familiar.

SUBSÍDIO	2014	2015	2016	2017	VAR. 2014– 2017	VAR. % 2014 – 2017
Subsídio de Estudo Filhos Colaboradores Falecidos	2 600	3 300	2 600	2 100	-500	-19,23%
<i>Quadro 8: Subsídio de Estudo p/ Filhos Colaboradores Falecidos</i>						<i>(euros)</i>

**INATEL**

Como forma de apoiar e estimular a prática do desporto e do lazer, contribuindo assim para o desenvolvimento do bem-estar social, a Fundação Salvador Caetano paga a inscrição dos seus beneficiários no INATEL, bem como as respetivas quotas anuais.

SUBSÍDIO	2014	2015	2016	2017	VAR. 2014 – 2017	VAR. % 2014 – 2017
Inatel	4 300	4 260	3 960	3 960	-340	-7,91%

Quadro 9: INATEL

(euros)

RELAÇÃO RECEITAS / DESPESAS COM AÇÃO SOCIAL E CULTURAL

O quadro seguinte apresentado reflete a relação existente entre Receitas Ordinárias (leia-se Comparticipação Mensal das empresas aderentes à Fundação Salvador Caetano) e Despesas com a Ação Social e Cultural.

ANO	RECEITAS ORDINÁRIAS	DESPESAS C/ AÇÃO SOCIAL E CULTURAL	DIFERENÇA	RELAÇÃO DESPESAS / RECEITAS %
2014	724 591	729 364	-4 773	100,7%
2015	795 674	755 897	39 777	95,0%
2016	1 390 279	674 614	715 665	48,5%
2017	1 446 132	637 197	808 935	44,1%
TOTAL	4 356 676	2 797 072	1 559 604	64,2%

Quadro 10: Relação Despesas com Ação Social e Cultural / Receitas Ordinárias (euros)

É de salientar que a relação entre as Despesas com a Ação Social e Cultural e as Receitas Ordinárias teve, um saldo positivo bastante significativo, fruto do aumento das comparticipações mensais das empresas.

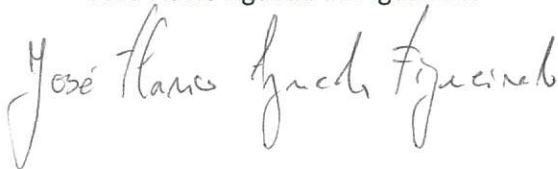
APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Digníssima Administração da Fundação Salvador Caetano propõe por unanimidade que o resultado positivo do exercício, no valor de 3.193.645 € transite para a Conta de Resultados Transitados juntando-se assim aos restantes Capitais Próprios da Instituição.

Vila Nova de Gaia, 28 de Setembro de 2018

O Contabilista Certificado

José Flávio Águeda de Figueiredo

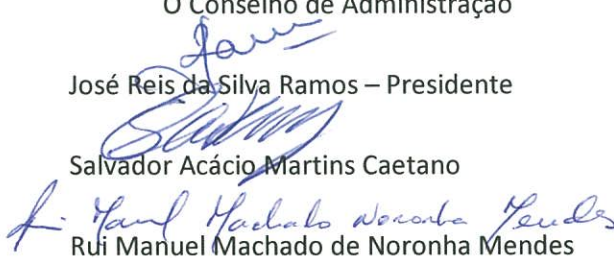


O Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos – Presidente

Salvador Acácio Martins Caetano

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

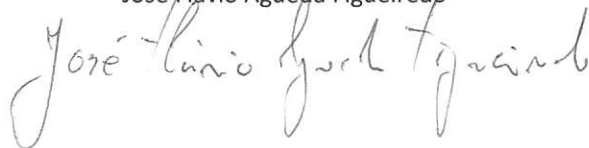
(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	-	-
Ativos intangíveis	6	-	-
Outros ativos financeiros	7	32 996 517	32 996 519
Total do ativo não corrente		32 996 517	32 996 519
ATIVO CORRENTE:			
Outras contas a receber	18	743 324	1 355 229
Ativos financeiros detidos para negociação	7	826 865	1 467 367
Diferimentos	8	328	329
Meios financeiros líquidos	4	1 665 734	491 206
Total do ativo corrente		3 236 251	3 314 131
Total do ativo		36 232 768	36 310 650
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundo social	9	124 699	124 699
Resultados transitados		21 728 123	20 127 037
		21 852 822	20 251 736
Resultado líquido do exercício		3 193 645	1 601 086
Total do capital próprio		25 046 467	21 852 822
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	11 e 18	8 728 871	13 768 871
Total do passivo não corrente		8 728 871	13 768 871
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	18	33 702	1 168
Estado e outros entes públicos		31	5
Financiamentos obtidos	11 e 18	2 237 686	625 886
Outras contas a pagar	10 e 18	186 011	61 897
Total do passivo corrente		2 457 430	688 957
Total do passivo		11 186 301	14 457 828
Total dos fundos patrimoniais e passivo		36 232 768	36 310 650

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2017.

O Contabilista Certificado

José Flávio Águeda Figueiredo



O Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos

Salvador Acácio Martins Caetano

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

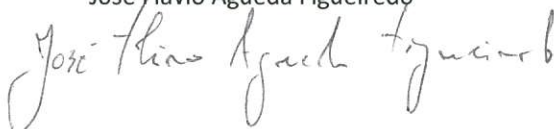
(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Contribuições Comuns	12 e 18	2 031 612	2 576 480
Benefícios Processados e Outros	14	(637 197)	(674 614)
Fornecimentos e serviços externos	13	(45 787)	(12 780)
Aumentos / (reduções) de justo valor	7	269 358	(26 167)
Outros rendimentos e ganhos	15	1 831 140	753
Outros gastos e perdas	16	(45 772)	(11 811)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3 403 355	1 851 860
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3 403 355	1 851 860
Juros e rendimentos similares obtidos	17	26 230	21 869
Juros e gastos similares suportados	17	(235 940)	(272 644)
Resultado antes de impostos		3 193 645	1 601 086
Imposto sobre o rendimento do exercício	3.5	-	-
Resultado líquido do exercício		3 193 645	1 601 086

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2017.

O Contabilista Certificado

José Flávio Águeda Figueiredo



O Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos

Salvador Acácio Martins Caetano

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes



FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)


	Fundo social	Resultados transitados	Res. líquido do exercício	Total
Posição em 1 de janeiro de 2016	124 699	19 583 021	544 016	20 251 736
Resultado integral do exercício			1 601 086	1 601 086
Aplicação de resultados		544 016	(544 016)	-
	-	544 016	1 057 070	1 601 086
Posição em 31 de dezembro de 2016	124 699	20 127 037	1 601 086	21 852 822
Posição em 1 de janeiro de 2017	124 699	20 127 037	1 601 086	21 852 822
Resultado integral do exercício			3 193 645	3 193 645
Aplicação de resultados		1 601 086	(1 601 086)	-
	-	1 601 086	1 592 559	3 193 645
Posição em 31 de dezembro de 2017	124 699	21 728 123	3 193 645	25 046 467

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

O Contabilista Certificado

José Flávio Agueda Figueiredo


O Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos

 Salvador Acácio Martins Caetano
 Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

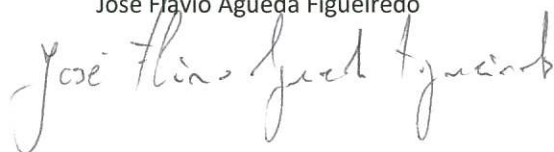
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de contribuições		2 739 977	1 356 329
Pagamentos a fornecedores		<u>(630 592)</u>	<u>(947 964)</u>
Caixa gerada pelas operações		2 109 384	408 365
Pagamento de retenções de imposto			
Outros recebimentos / (pagamentos)		<u>(27 871)</u>	<u>(13 338)</u>
Fluxos das atividades operacionais [1]		<u>2 081 514</u>	<u>395 027</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	4	2 733 935	-
Juros e rendimentos similares		6 277	-
Dividendos		<u>26 230</u>	<u>21 263</u>
Fluxos das atividades de investimento [2]		<u>2 766 442</u>	<u>21 263</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(3 428 200)	(98 251)
Juros e gastos similares		(245 228)	(282 041)
Outras operações de financiamento		<u>(3 673 428)</u>	<u>(380 291)</u>
Fluxos das atividades de financiamento [3]		<u>(3 673 428)</u>	<u>(380 291)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		1 174 528	35 998
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	491 206	455 208
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	1 665 734	491 206

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

O Contabilista Certificado

José Flávio Águeda Figueiredo

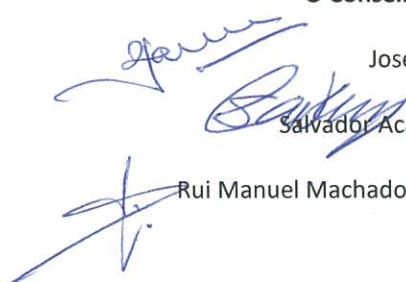


O Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos

Salvador Acácio Martins Caetano

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes



Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2017

(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Fundação Salvador Caetano (“Fundação”) é uma pessoa coletiva de direito privado e fins de utilidade pública, regendo-se pelos seus Estatutos e, em tudo o que neles é omissos, pela legislação Portuguesa aplicável. A Fundação tem sede na Avenida Vasco da Gama, 1410, freguesia de Oliveira do Douro, concelho de Vila Nova de Gaia.

A Fundação Salvador Caetano foi constituída por escritura pública de 10 de Julho de 1981, lavrada no 1º Cartório Notarial do Porto e outorgada pelo Sr. Salvador Fernandes Caetano, e visa em geral fins sociais, educativos, artísticos e culturais, beneficiando atualmente cerca de 10.000 utentes, estando uma parte significativa destes utentes ligados direta e indiretamente ao Grupo Salvador Caetano. As sociedades fundadoras da Fundação Salvador Caetano foram as seguintes:

- Salvador Caetano – IMVT, S.A. (atualmente denominada Toyota Caetano Portugal, S.A.);
- Transmotor – SCIVTM, S.A.;
- Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Minho), S.A.;
- Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Coimbra), S.A.;
- Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Setúbal), S.A.;
- Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Algarve), S.A.

(estas quatro últimas sociedades foram posteriormente objeto de fusão tendo dado origem à atual Caetano Auto, S.A.)



De acordo com despacho de 13 de Fevereiro de 1995 proferido por Sua Excelência o então Primeiro-ministro Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva, a Fundação foi declarada instituição de utilidade pública.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Fundação opera.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei (DL) nº 158/2009, de 13 de julho republicado pelo DL nº 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. O DL nº 98/2015 de 2 de Junho alterou o DL nº 158/2009 de 13 de julho.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1- Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Fundação operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das



demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Fundação dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.2- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra disponível para utilização, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Equipamento administrativo	4 a 8
Espólio Museológico	5

O Espólio Museológico acima referido contempla essencialmente viaturas e autocarros que serão utilizados no projeto do “Museu Salvador Caetano dos Transportes Terrestres”.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Handwritten signature and initials in the top right corner of the page.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.3- Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente. Em 31 de dezembro de 2016 os ativos intangíveis encontravam-se totalmente amortizados.

3.4- Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Fundação com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um

Handwritten signature and initials in the top right corner of the page.

excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

3.5- Imposto sobre o rendimento

Por despacho conjunto do Ministro das Finanças, António Luciano Pacheco de Sousa Franco e do Ministro do Trabalho e da Solidariedade, Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues datado de 25 de Fevereiro de 1999, foi reconhecida à Fundação a isenção de Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas relativamente às categorias C, E, F e G. Consequentemente, a Fundação encontra-se isenta de qualquer Imposto sobre o Rendimento.

3.6- Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Fundação tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.7- Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Fundação se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.



Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios:

- (i) ao custo ou custo amortizado, e
- (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

Outras contas a receber

Os saldos de outras contas a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros, que incluem uma participação no Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A., são registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os ativos financeiros classificados como “ativos financeiros detidos para negociação”, nomeadamente os investimentos financeiros em entidades cotadas em mercados regulamentados. Nas situações em que o justo valor dos



investimentos em entidades não cotadas não é possível de determinar, os mesmos são registrados pelo respectivo custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade.

São considerados ativos ou passivos financeiros detidos para negociação os que sejam adquiridos ou incorridos, essencialmente, com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros geridos como um todo e que apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais.

Os instrumentos financeiros derivados são, por definição, considerados ativos ou passivos financeiros detidos para negociação.

(iii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

**(iv) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

A Fundação desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controle desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Fundação desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8- Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. A Fundação procede à sua remensuração a justo valor a cada data de relato, sendo o correspondente ganho ou perda registado de imediato em resultados.

Um instrumento financeiro derivado com um justo valor positivo ou negativo é reconhecido como um ativo ou passivo financeiro, respetivamente, na rubrica “Instrumentos financeiros derivados”.

Um instrumento financeiro derivado é apresentado como não corrente se a sua maturidade remanescente for superior a 12 meses e não for expectável a sua realização ou liquidação no prazo de 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2017 a Fundação não tinha contratado quaisquer instrumentos financeiros derivados.

3.9- Subsídios / donativos recebidos de terceiros

Os subsídios, participações de aderentes à Fundação, donativos e outros apoios recebidos de terceiros, nomeadamente por participação em despesas de projetos, apenas são

reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Fundação irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos, sendo reconhecidos na rubrica da Demonstração dos resultados “Contribuições comuns”.

Os subsídios recebidos no âmbito de apoios ao investimento associados, nomeadamente, à aquisição de ativos não correntes são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.10- Subsídios e apoios atribuídos a terceiros

Os subsídios, donativos e outros apoios atribuídos a terceiros, para atividades que se enquadram no fim da Fundação, são registados como custo na demonstração dos resultados, na rubrica de “Benefícios processados e outros” no exercício em que os mesmos são aprovados pelo Conselho de Administração, independentemente do exercício em que o desembolso venha a ser efetuado e mantidos no balanço, na rubrica de “Outras contas a pagar”, enquanto não forem pagos.

3.11- Rédito

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Fundação e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.



O rédito proveniente de dividendos é reconhecido na Demonstração dos resultados em Resultados Financeiros, quando se encontra estabelecido o direito da Fundação a receber o correspondente montante.

3.12 - Especialização de exercícios

A Fundação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.13 - Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses).



Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2017 e 2016 detalha-se conforme se segue:

	31.12.2017	31.12.2016
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis		
Depósitos à Ordem	1 665 734	491 206
	1 665 734	491 206


Relativamente a 2017, os fluxos de caixa dos investimentos financeiros ocorridos, detalha-se conforme se segue:

	Títulos	Valor Unit.	Total
Alienação de investimentos			
COBUS INDUSTRIES GMBH	335 254	5,37	1 800 000
MONTEPIO GERAL-U. PART.	9 077	1,00	9 077
CARTEIRA DISCRICIONÁRIA MILLENIUM	-	-	600 000
GESTÃO PATRIMÓNIOS FSC 1005.751.152558.3	-	-	324 858
			2 733 935

No ano de 2016, não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de investimentos financeiros.

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:



31.12.2017	Equipamento Administrativo	Espólio Museológico	Total
Ativos			
Saldo Inicial	17.066	1.005.435	1.022.502
Saldo final	17.066	1.005.435	1.022.502
Depreciações acum. e perdas por Imparidade			
Saldo Inicial	17.066	1.005.435	1.022.502
Saldo final	17.066	1.005.435	1.022.502
Ativos líquidos	-	-	-

31.12.2016	Equipamento Administrativo	Espólio Museológico	Total
Ativos			
Saldo Inicial	17.066	1.005.435	1.022.502
Saldo final	17.066	1.005.435	1.022.502
Depreciações acum. e perdas por Imparidade			
Saldo Inicial	17.066	1.005.435	1.022.502
Saldo final	17.066	1.005.435	1.022.502
Ativos líquidos	-	-	-

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes. A rubrica “Espólio Museológico” compreende essencialmente viaturas e autocarros que farão parte do “Museu Salvador Caetano dos Transportes Terrestres”, projeto a desenvolver no futuro.

6 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o movimento ocorrido no montante dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

31.12.2017	Programas de Computador	Total
Ativos		
Saldo Inicial	6.148	6.148
Saldo final	6.148	6.148
Amortizações acum. e perdas por Imparidade		
Saldo Inicial	6.148	6.148
Saldo final	6.148	6.148
Ativos líquidos	-	-

31.12.2016	Programas de Computador	Total
Ativos		
Saldo Inicial	6.148	6.148
Saldo final	6.148	6.148
Amortizações acum. e perdas por Imparidade		
Saldo Inicial	6.148	6.148
Saldo final	6.148	6.148
Ativos líquidos	-	-

7 ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os Ativos Financeiros Detidos para Negociação e os Outros Ativos Financeiros em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são detalhados conforme se segue:

Títulos	Valor Carteira 2017	Valor Carteira 2016
Ações de entidades não cotadas	32 996 517	32 996 519
Ações de entidades cotadas	497 172	263 215
Carteiras Discricionárias	329 693	1 204 152
Total	33 823 382	34 463 886

As ações de entidades cotadas, encontram-se registradas ao Justo valor através de resultados, sendo os impactos da sua atualização registrados nas rubricas da Demonstração dos resultados "Aumentos / (reduções) de Justo valor". Relativamente aos investimentos financeiros correspondentes a ações de entidades não cotadas (integralmente referente à participação de capital na Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2017), uma vez que não



foi possível determinar o respetivo justo valor à data de balanço, os mesmos encontram-se refletidos pelo respetivo custo de aquisição, deduzido de perdas por imparidade, se aplicável. As carteiras discricionárias, que se referem a um conjunto diverso de títulos gerido por uma entidade financeira externa, estão enquadradas num perfil de risco “moderado” e encontram-se registados ao Justo valor através de resultados, sendo o impacto da sua atualização registado nas rubricas da Demonstração dos resultados “Aumentos / (reduções) de Justo valor”.

Em 31 de dezembro de 2017 o detalhe dos Investimentos Financeiros da Fundação apresentava a seguinte composição:

Outros Ativos Financeiros Não Correntes				
Títulos	Quant.	% Detida	V. Unit. (*)	Custo de Aquisição
Ações não Cotadas				
Grupo SC, SGPS, S.A.	24 413 756	14,5%	1,35	32 996 517
TOTAL				32 996 517

A Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A. apresentou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, um capital próprio consolidado (incluindo “Interesses não controlados” de 145.393.808 Euros) de 258.120.492 Euros, bem como um resultado consolidado líquido do exercício positivo de 16.295.712 Euros. O total de ativo consolidado daquela participada a essa data é de 1.309.603.906 Euros. Importa referir que no exercício de 2017 ocorreu a alienação da totalidade dos títulos da Cobus Industries GmbH, gerando um impacto de 1.800.000 € nas demonstrações de resultados, resultado da mais-valia.

Outros Ativos Financeiros Correntes			
Títulos	Quant.	V. Unit. (*)	Justo Valor
Ações Cotadas			
Sonae, SGPS, S.A.	96 979	1,13	109 198
Toyota Caetano Portugal, S.A.	138 832	2,65	367 905
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	26	3,50	91

f A
S

Norvalor, S.A.	10	1,90	19
PHAROL	804	0,25	201
EDP, S.A.	1 250	2,89	3 606
Futebol Clube do Porto, SAD	500	0,66	330
Banco Millenium BCP, S.A.	10 944	0,27	2 977
Sonae Capital, SGPS, S.A.	12 121	0,89	10 751
NOS SGPS	382	5,48	2 094
Outros Títulos			
Carteira Discrecionária Millenium			329 693
TOTAL			826 865

(*) - Valor Unitário ao Justo Valor (cotação bolsista em 31.12.2017)

Em 31 de dezembro de 2016 o detalhe dos Investimentos Financeiros da Fundação apresentava a seguinte composição:

Outros Ativos Financeiros Não Correntes

Títulos	Quant.	% Detida	V. Unit. (*)	Custo de Aquisição
Ações não Cotadas				
Grupo SC, SGPS, S.A.	24 413 756	14,5%	1,35	32 996 517
Cobus Industries GmbH	335 254	10,8%	0	2
TOTAL				32 996 519

Outros Ativos Financeiros Correntes

Títulos	Quant.	V. Unit. (*)	Justo Valor
Ações Cotadas			
Sonae, SGPS, S.A.	96 979	0,87	84 760
Toyota Caetano Portugal, S.A.	138 832	1,09	151 327
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	6 574	0,01	39
Norvalor, S.A.	10	18,90	19
PHAROL	804	0,21	166
EDP, S.A.	1 250	2,89	3 618
Futebol Clube do Porto, SAD	500	0,69	345
Banco Millenium BCP, S.A.	10 944	1,07	11 721
Sonae Capital, SGPS, S.A.	12 121	0,75	9 067
NOS SGPS	382	5,64	2 154

f

S

Outros Títulos			
Carteira Discricionária Millenium			894 292
Fundo de Participação CEMG	9 077	0,42	3 821
Gestão de Patrimónios Bancários			306 039
TOTAL			1 467 367

(*) - Valor Unitário ao Justo Valor (cotação bolsista em 31.12.2016)

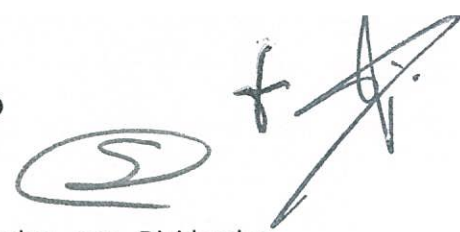
Os quadros seguintes evidenciam os movimentos na carteira de títulos ocorridos no exercício

2017:

Títulos	Saldo Final 31.12.2017	Justo Valor	Alienações	Saldo Final 31.12.2016
Outros Ativos Financ. Não Correntes	32 996 517	0	2	32 996 519
Ações não Cotadas	32 996 517	0	2	32 996 519
Cobus Industries GmbH	0		2	2
Grupo SC, SGPS	32 996 517			32 996 517

No exercício de 2017, ocorreu a alienação das ações da Cobus Industries GmbH, com a geração de mais-valia em 1.800.000 €.

Títulos	Saldo Final 31.12.2017	Justo Valor	Alienações Fusões	Saldo Final 31.12.2016
Outros Ativos Financeiros Correntes	826 865	269 358	909 860	1 467 367
Ações Cotadas	497 172	233 957	0	263 215
Sonae SGPS	109 198	24 439		84 759
Toyota Caetano Portugal, S.A.	367 905	216 578		151 327
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	91	52		39
Norvalor, S.A.	19	0		19
PHAROL	201	35		167
EDP, S.A.	3 607	(11)		3 618
Futebol Clube do Porto, SAD	330	(15)		345
BCP	2 977	(8 744)		11 721
Sonae Capital, SGPS, S.A.	10 752	1 685		9 067
NOS S.G.P.S.	2 094	(60)		2 154
Outros Títulos	329 693	35 401	909 860	1 204 152
Carteira Discricionária Millenium	329 693	35 401	600 000	894 292
Fundo de Participação CEMG	0	0	3 821	3 821
Gestão de Patrimónios Barclays	0	0	306 039	306 039



As participações financeiras em Ações geraram proveitos relacionados com Dividendos recebidos (Nota 17) no montante de 26.230 Euros (21.869 Euros em 31 de dezembro de 2016).

8 DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o saldo da rubrica do ativo corrente “Diferimentos” é composto pelo seguro do ramo multirisco do “espólio museológico” no montante de 329 Euros e 328 Euros, respetivamente.

9 FUNDO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2016 o capital Fundacional ascende a 124.699 Euros.

Composição do Fundo Social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Fundo Social era representado pelas dotações subscritas pelos seus fundadores conforme a seguir se indicam:

Salvador Caetano – I.M.V.T., S.A. (atualmente denominada TOYOTA CAETANO PORTUGAL, SA, conforme escritura de 28 de dezembro de 2006)	74.820 Euros
Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Minho), S.A.	7.507 Euros
Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Coimbra), S.A.	4.639 Euros
Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Setúbal), S.A.	5.587 Euros
Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Algarve), S.A.	4.414 Euros
Transmotor – S.C.I.V.T.M., S.A.	27.733 Euros

(empresas fusionadas e que deram origem à atual CAETANO AUTO, SA)

10 OUTRAS CONTAS A PAGAR

A 31 de dezembro de 2017 a rubrica de "Outras Contas a Pagar", diz respeito ao encargo contratualizado de auditoria às contas da Fundação no montante de 7.186 Euros e a participações a pagar a beneficiários no montante de 178.824 Euros conforme detalhe incluso na Nota 17. A mesma situação qualifica o saldo a 31 de dezembro de 2016, 7.186 Euros

para o encargo de auditoria às contas da Fundação e o montante 54.711 Euros de participações a pagar a beneficiários conforme detalhe incluso na Nota 17.

11 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O saldo e as condições dos financiamentos obtidos à data de 31 de dezembro de 2017 são como se segue:

	2017 Montante
Financiamento Não Corrente	
Contrato de Empréstimo - Mútuo	4 860 000
Empréstimos de Instituintes	3 868 871
Sub-Total	8 728 871
Financiamento Corrente	
Contrato de Empréstimo - Mútuo	1 620 000
Empréstimos de Instituintes	617 686
Sub-Total	2 237 686
Total	10 966 557

O contrato de empréstimo – mútuo, vigorará pelo prazo de 20 trimestres a partir de 28 de dezembro de 2016, sendo o período dos primeiros 4 trimestres de carência de capital. O capital em dívida vence juros a uma taxa correspondente à média aritmética simples das taxas Euribor a 3 meses acrescida de spread. A Fundação Salvador Caetano concedeu à respetiva instituição financeira o penhor de valores mobiliários correspondentes a ações da Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A., nomeadamente a 12.140.000 ações com valor nominal de 1,00 (um euro) cada ação.

Os empréstimos a Instituintes detalham-se da seguinte forma:

- não corrente, à GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S.A., no valor de 3.868.871 Euros,
- corrente, à CAETANO AUTO, S.A., no valor de 617.686 Euros,



Relativamente a estes empréstimos não correntes, não se encontra definido plano de reembolso nem fórmula de taxa de juro a aplicar, sendo que os mesmos não são exigíveis antes de 01/01/2019, conforme acordado entre as entidades.



12 CONTRIBUIÇÕES COMUNS

As contribuições comuns auferidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, são detalhadas da seguinte forma:

	31.12.2017	31.12.2016
Contribuição de Adesão	0	721
Subvenção Anual	585 480	1 185 480
Contribuição Mensal	1 446 132	1 390 279
	2 031 612	2 576 480

13 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhada conforme se segue:

	31.12.2017	31.12.2016
Trabalhos Especializados	7 294	7 186
Vigilância e Segurança	0	62
Material de Escritório	0	54
Rendas e Alugueres	2 753	3 050
Comunicação	0	35
Seguros	414	413
Contencioso e Notariado	179	200
Outros Serviços e Fornecimentos	35 148	1 781
	45 787	12 780

**14 BENEFÍCIOS PROCESSADOS E OUTROS**

A rubrica, “Benefícios processados e outros” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhada conforme se segue:

	31.12.2017	31.12.2016
Plano Complementar Proteção Médica	595 252	632 335
Subsídios Familiares	20 902	21 261
Subs. Estudo Filhos de Colaboradores Falecidos	2 100	2 600
Prêmios Escolares	0	5 500
Subsídio de Estudo	14 983	10 098
Inatel	3 960	2 820
TOTAL	637 197	674 614

15 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS E OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é conforme se segue:

	31.12.2017	31.12.2016
Ganhos provenientes da alienação de invest. financeiros		
Ações	1 825 884	-
Outros Rendimentos e Ganhos	5 256	753
	1 831 140	753

A alienação da participação na Cobus Industries GmbH, justifica em substância os valores registados nesta rubrica (Nota 7).

**16 OUTROS GASTOS E PERDAS**

A decomposição da rubrica “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é conforme se segue:

	31.12.2017	31.12.2016
Impostos	9 841	11 286
Quotizações	500	500
Outros Gastos e Perdas	35 430	25
	45 772	11 811

Relativamente a “Outros Gastos e Perdas”, refere-se ao perdão de créditos no montante de 35.430 Euros resultante do PER - Processo de Revitalização da empresa Cociga, Construções Cíveis de Gaia, S.A.- Proc 1455/15.4T8VNG - Comarca do Porto - VN Gaia - 2ª Sec Comércio - j1 - anúncio: 03/03/2015. Crédito subordinado atendendo à relação entre as partes.

17 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os juros e outros rendimentos e gastos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são detalhados conforme se segue:

	31.12.2017	31.12.2016
Dividendos (Nota 7)	26 230	21 869
Encargos Bancários	(235 940)	(272 644)
	(209 710)	(250 775)

18 PARTES RELACIONADAS

O detalhe dos saldos e transações entre a Fundação Salvador Caetano e as entidades relacionadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é resumido como se segue:

(Handwritten signature and initials)

2017	Balanço				Transações			
	Contas a Receber	Financ. tos	Fornec.	Contas a Pagar	Contrib. Comuns	Contrib. Adesão	Subvenção Anual	Forq. Serv. Externos
AMORIM BRITO & SARDINHA, LDA	138			32	510			
AUTO PARTNER-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.	0			0	0			
CAETANO ACTIVE SUL, LDA	319			404	3 962			
CAETANO AERONAUTIC, S.A.	2 644			2 596	31 360			
CAETANO AUTO, S.A.	24 061	617 686	23 137	33 481	314 325			
CAETANO BAVIERA - COMÉRCIO AUTOMÓVEIS, S.A.	20 347			32 940	263 251			
CAETANO CITY E ACTIVE NORTE, S.A. - CITROEN	357			790	4 805			
CAETANO CITY E ACTIVE NORTE, S.A. - SEAT	0			0	0			
CAETANO COLISÃO NORTE, S.A.	0			0	0			
CAETANO COMPONENTS, S.A.	0			0	0			
CAETANO DRIVE, SPORT E URBAN, S.A.	4 978			5 720	72 256			
CAETANO ENERGY, SA	2 203			166	9 585			
SOZO PORTUGAL	238			257	6 250			
CAETANO FÓRMULA, S.A.	3 868			6 122	52 754			
CAETANO MOTORS, S.A.	3 359			3 695	43 688			
CAETANO PARTS, LDA	1 647			3 461	20 653			
CAETANO POWER, S.A.	3 185			4 428	39 488			
CAETANO RENTING, S.A.	111			268	1 521			
CAETANO RETAIL SGPS, S.A.	1 690			2 932	21 192			
CAETANO STAR SUL, S.A.	3 010			1 390	14 334			
CAETANO TECHNIK E SQUADRA, S.A.	2 011			5 651	28 127			
CAETANOBUS - FABRICAÇÃO DE CARROÇARIAS, S.A	10 794			20 723	144 036			
CAETSU PUBLICIDADE, S.A.	5 768			3 277	27 584			
CARPLUS, S.A.	1 423			863	19 895			
COCIGA - CONSTRUÇÕES CIVIS DE GAIA, S.A.	7 741			528	2 516			
GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS	0	3 868 871		0	0			
LUSILECTRA-VEICULOS E EQUIPAMENTOS, S.A.	26 578			1 985	26 586			
MOVICARGO SERVIÇOS ADUANEIROS, LDA.	104			46	1 628			
PLATINIUM V.H. - IMPORTAÇÃO AUTOMOVEIS, S.A.	9 684			1 780	17 691			
PORTIANGA, S.A.	1 334			2 710	17 269			504
RIGOR - CONSULTORIA E GESTÃO S.A.	5 983		566	10 749	69 789			2 838
SIMOGA-SOCIEDADE IMOBILIÁRIA DE GAIA, S.A.	37			0	0			
TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	599 712			28 813	191 077		585 480	226
VAS ÁFRICA, S.A.	0			0	0			
TOTAL	743 324	4 486 557	23 704	175 808	1 446 132	0	585 480	3 567

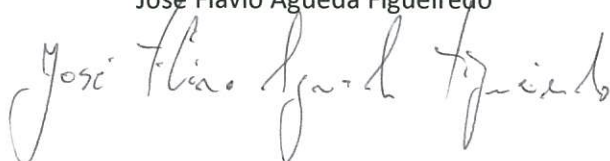
2016 (€)	Balanço				Transações			
	Contas a Receber	Financ. tos	Fornec.	Contas a Pagar	Contrib. Comuns	Contrib. Adesão	Subvenção Anual	Forn. Serv. Externos
AMORIM BRITO & SARDINHA, LDA	223			20	584			
CAETANO ACTIVE SUL, LDA	1 618			49	2 593		1 361	
CAETANO AERONAUTIC, S.A.	2 093			781	25 098			
CAETANO AUTO, S.A.	271 902	617 686		12 965	316 283		250 000	
CAETANO BAVIERA - COMÉRCIO AUTOMÓVEIS, S.A.	123 452			8 134	245 593		105 442	
CAETANO CITY E ACTIVE NORTE, S.A. - CITROEN	3 081			122	1 322		2 721	
CAETANO CITY E ACTIVE NORTE, S.A. - SEAT	0			0	230			
CAETANO DRIVE, SPORT E URBAN, S.A.	38 092			1 697	72 520		32 483	
CAETANO ENERGY, SA	1 380			168	4 241			
CAETANO FÓRMULA, S.A.	26 202			1 064	47 911		22 789	
CAETANO MOTORS, S.A.	20 024			1 395	41 846		17 007	
CAETANO PARTS, LDA	14 001			417	19 608		12 585	
CAETANO POWER, S.A.	17 261			3 785	32 854		14 796	
CAETANO RENTING, S.A.	109			153	1 489			
CAETANO RETAIL SGPS, S.A.	12 185			1 138	21 107		10 544	
CAETANO STAR SUL, S.A.	11 572			290	13 258		8 673	
CAETANO TECHNIK E SQUADRA, S.A.	17 726			964	31 624		15 306	
CAETANOBUS - FABRICAÇÃO DE CARROÇARIAS, S.A	110 085	1 800 000		6 913	150 031		100 000	
CAETSU PUBLICIDADE, S.A.	0			541	25 458			
CARPLUS, S.A.	7 741			392	19 461		6 293	
COCIGA - CONSTRUÇÕES CIVIS DE GAIA, S.A.	40 656			35	2 767			
GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS	0	3 868 871		0	0			
LUSILECTRA-VEICULOS E EQUIPAMENTOS, S.A.	25 744			421	25 744			
MOVICARGO SERVIÇOS ADUANEIROS, LDA.	103			0	1 614			
PLATINIUM V.H. - IMPORTAÇÃO AUTOMOVEIS, S.A.	4 205			212	11 893			
PORTIANGA, S.A.	1 078			1 099	13 482			504
RIGOR - CONSULTORIA E GESTÃO S.A.	4 772		1 155	3 447	61 966			3 077
SIMOGA-SOCIEDADE IMOBILIÁRIA DE GAIA, S.A.	37			0	0			
TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	599 886	0	99	8 511	199 702		585 480	209
VAS ÁFRICA, S.A.	0			0	0	721		
TOTAL	1 355 229	6 286 557	1 254	54 711	1 390 279	721	1 185 480	3 789

19 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Não existem outros assuntos e ou acontecimentos relevantes, de qualquer natureza, posteriores a 31 de dezembro de 2017, não incluídos ou divulgados nas demonstrações financeiras anexas.

O Contabilista Certificado

José Flávio Águeda Figueiredo



O Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos – Presidente

Salvador Acácio Martins Caetano

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Fundação Salvador Caetano (a Fundação, pessoa coletiva de direito privado sem finalidade lucrativa e com fins de utilidade pública, Nota Introdutória), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 36.232.768 euros e um total de capital próprio de 25.046.467 euros, incluindo um resultado líquido de 3.193.645 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Fundação Salvador Caetano em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Conforme descrito na nota 7 do Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017, a Fundação regista o seu investimento financeiro na participada Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A. pelo respetivo custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2017 as demonstrações financeiras consolidadas daquela participada evidenciam um capital próprio, antes de interesses não controlados, inferior ao valor implícito do interesse naquele investimento financeiro detido pela Fundação, o qual ascendia naquela data a 32.996.517 euros, representativo de 14,5% do respetivo capital social, não nos tendo sido disponibilizado um teste de imparidade relativamente a esta participação de forma a podermos concluir sobre se o valor contabilístico excede o seu valor de realização. Adicionalmente, a Certificação Legal das Contas Consolidadas daquela participada relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, datada de 4 de junho de 2018, inclui reservas por limitação de âmbito, as quais poderão produzir impactos na respetiva situação patrimonial daquela empresa participada. Face ao acima referido, não nos foi possível concluir quanto à necessidade de uma eventual imparidade ao montante pelo qual a mesma se encontra refletida nas demonstrações financeiras da Fundação em 31 de dezembro de 2017.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Fundação nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

"Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Aceda a www.deloitte.com/pt/about para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Outras matérias

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para efeitos comparativos, foram por nós examinadas e o nosso Relatório de Auditoria, datado de 31 de outubro de 2017, inclui uma reserva por limitação de âmbito idêntica à descrita na na secção "Bases para a opinião com reservas".

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Fundação de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Fundação de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Fundação;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Fundação para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Fundação descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Fundação, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 15 de outubro de 2018



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Miguel Nuno Machado Canavarro Fontes, ROC